Cooperação internacional é fundamental no combate às alterações climáticas

26 de Maio, 2021

“O impacto físico das alterações climáticas e a degradação ambiental pode afetar o funcionamento das economias e das nossas vidas, levando a perdas substanciais”. O alerta foi partilhado por **João Leão**, ministro do Estado e das Finanças, na sessão de abertura da conferência **“Finanças Sustentáveis: Novos Desenvolvimentos”**, realizada esta terça-feira, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. A “cooperação internacional” vai ser, por isso, essencial para combater os desafios das alterações climáticas: “Sem isso, todos os nossos esforços irão falhar”, sucinta.

Apesar dos Estados Unidos da América estarem já alinhados com o Acordo de Paris e com as metas, João Leão realça ainda a necessidade dos países em desenvolvimento o fazerem de uma forma sustentável: “A União Europeia tem potencial para apoiar o investimento sustentável nesses países”. E, juntamente com uma “tributação verde” e com “outras políticas”, os financiamentos sustentáveis podem desempenhar um papel essencial, reitera.

Olhando para as estimativas, o ministro do Estado e das Finanças destaca que, entre 2021 e 2030, serão precisos investimentos à volta dos 25 mil milhões para reduzir as emissões de CO₂ em 55%: “O investimento público não vai ser suficiente. Precisamos de investimento privado para conseguir chegar às ambições verdes”. As estimativas dizem assim que as emissões têm que diminuir mais de 7% por ano para se conseguir limitar o aumento de temperatura global, conforme estipulado pelo Acordo de Paris: “É impossível acabar com este ciclo de emissões com o investimento de capital da forma que temos”. O foco deve, assim, assentar em direcionar os investidores para atividades económicas sustentáveis e definir o que é sustentável: “O regulamento de taxonomia da União Europeia é um dos pilares da Agenda de Financiamento Sustentável e permite a criação de várias ferramentas para assegurar uma transição justa e chegar aos objetivos de sustentabilidade”, afirma. E, precisa o ministro, no decorrer da Presidência Portuguesa foram adotados os critérios para determinar as condições sobre as quais uma atividade económica contribui para a mitigação e adaptação às AC: “Estima-se que 40% das atividades económicas em setores responsáveis por 80% de emissão de CO₂ serão cobertas por esta lei”.

Em cima da mesa, está também uma proposta para incorporar a diretiva de reporte sustentável: “Irá definir regras de reporte europeu para a divulgação de informação, relativamente à forma como as empresas gerem o negócio de acordo”. Esta proposta vai “aumentar a transparência” e “promover os consumidores e investidores” a partilhar o desempenho ambiental, encorajando as empresas a terem uma “abordagem mais sustentável”, declara.

Relativamente ao caso português, João Leão acredita que o Banco Português de Fomento pode desempenhar um papel fundamental nessas lacunas de financiamento existentes: “Este banco vai permitir às empresas aceder ao financiamento,

assegurando que esta em linha com os compromissos ambientais e sociais”. Por isso, o “mandato verde” é uma parte integrante do Banco Português de Fomento, sucinta, acrescentando que também o Plano de Recuperação e Resiliência vai desempenhar uma papel essencial nestes objetivos.

A prioridade da Presidência Portuguesa é o de assegurar uma recuperação verde, promovendo a Europa como líder na ação climática: “Temos um bom impulso para conseguir reconstruir melhor e a transição pode ajudar na recuperação criando empregos e crescimento”, remata.